



Comunicado | Lisboa | 15 de fevereiro de 2022

Relatório dos Administradores Judiciais no processo de insolvência da Rio Forte de Dezembro de 2021

A PHAROL, SGPS S.A. ("PHAROL") informa sobre Relatório dos Administradores Judiciais no processo de insolvência da Rio Forte (Rapport n°20 des Curateurs), relativo a 31 de dezembro de 2021, disponível em www.espiritosantoinsovencies.lu e cuja tradução livre aqui se anexa.

PHAROL, SGPS S.A.

Sociedade Aberta
Capital social € 26.895.375
Número de Matrícula na
Conservatória do Registo
Comercial de Lisboa e de Pessoa
Coletiva 503 215 058

A PHAROL está cotada
na Euronext (PHR).
Encontra-se disponível informação
sobre a Empresa na Bloomberg
através do código PHR PL.

Luis Sousa de Macedo
Diretor de Relação com
Investidores ir@pharol.pt
Tel.: +351 212 697 698
Fax: +351 212 697 649

pharol.pt

Relatório nº. 20 dos Curadores de 31 de dezembro de 2021

O presente relatório ("o relatório") tem por objetivo apresentar informações sobre a evolução e a situação das sociedades em insolvência. Estas informações têm um carácter geral.

Por razões devidas aos potenciais litígios que venham a existir ou em curso, os curadores estão impossibilitados de informar sobre todos os aspetos das insolvências.

Os curadores tiveram todos os cuidados necessários tanto na recolha como nas informações transmitidas. Contudo, não as podem garantir de forma exaustiva e exata.

As informações comunicadas refletem o conhecimento dos curadores, sobre as sociedades em insolvência, no momento da elaboração deste relatório. Esse conhecimento é suscetível de uma evolução e com ela as informações a fornecer pelos curadores. Nessa eventualidade, os curadores, não sistematizarão uma atualização imediata da sua comunicação, mas irão incluí-la no próximo relatório que será publicado neste site.

O próximo relatório será publicado assim que a situação das sociedades em falência o justifique.

A presente comunicação é feita sob todas as reservas e sem prejuízo quanto aos direitos dos curadores que declinam toda a responsabilidade pela utilização, ou não utilização, que terceiros façam das informações comunicadas.

O presente relatório vem na sequência do anterior, datado de 30 de agosto de 2021, publicado no site das insolvências na internet ("Relatório 19").

1. Elementos comuns às diversas insolvências

Relativamente às três sociedades em insolvência que fazem parte do mesmo grupo, o Grupo Espírito Santo ("GES"), uma série de elementos deste relatório são comuns às três insolvências. Estes elementos serão tratados no âmbito do presente título.

Os curadores continuam a sua política de comunicação ao público através do site das insolvências da internet www.espiritosantoinsolvencies.lu, que se destina à difusão das informações gerais sobre as mesmas. Na impossibilidade de responder a todos os pedidos de informações individualmente os interessados deverão consultar regularmente o site, nomeadamente a rubrica "Informações".

1.1. Objetivo do Trabalho dos Curadores

O trabalho dos curadores, realizado sob a supervisão do Tribunal de Comércio do Luxemburgo, tem como finalidade a recuperação dos ativos das sociedades em insolvência e a sua distribuição pelos credores reconhecidos.

1.2. Abertura de falências Acessórias na Suíça

Recorde-se

- que os curadores luxemburgueses contestam os seguintes pedidos declarados pelo liquidatário do BPES nas insolvências acessórias suíças:
 - CHF 30.237.378,50 em falência RFI
 - CHF 196.086.163,59 em falência ESI
- que os curadores contestam igualmente a existência de garantias a favor do BPES.
- que o curador das insolvências acessórias suíças decidiu rejeitar as reclamações de créditos apresentadas pelo BPES. O BPES interpôs recurso desta decisão.

De comum acordo as partes suspenderam o processo de recurso.

1.3. Relações com as outras entidades do Grupo Espírito Santo que foram objeto de processos coletivos

1.3.1. Banco Privée Espírito Santo na Suíça ("BPES")

- 1.3.1.1.** Reclamações de créditos de clientes do BPES nas empresas luxemburguesas insolventes ESI, RFI ou ESC.

Recorde-se que – à data da elaboração do relatório nº 18 - o liquidatário do BPES apresentou as seguintes reclamações – relacionadas com as *global notes* - nas insolvências do Luxemburgo:

- ESI: 51 reclamações num montante total de € 1.128.098.142,93
- RFI: 48 reclamações num montante total de € 491.816.694,18.

Os curadores contactaram as pessoas que tinham apresentado uma reclamação de crédito sobreposta com as reclamações *global note* apresentadas pelo BPES e solicitaram-lhes que retirassem essas suas reclamações. Numerosos credores deram seguimento a este convite.

Os curadores contestaram as reclamações dos credores individuais que estão sobrepostas com as reclamações introduzidas pelo liquidatário do BPES. As partes foram chamadas a apresentar os seus fundamentos, em conjunto com os documentos comprovativos, para organizar eficazmente os debates sobre as contestações perante o tribunal da insolvência.

Para as operações fiduciárias, os clientes do BPES, beneficiários de contratos fiduciários, apresentaram diretamente uma reclamação de crédito nas insolvências do Luxemburgo. Em agosto de 2021, o BPES por sua vez, depositou as reclamações de crédito referentes aos depósitos fiduciários; estas reclamações são originadas de uma recompra pelo BPES das reclamações fiduciárias dos clientes em questão.

1.3.1.2. Reclamações de crédito do BPES nas insolvências acessórias suíças das sociedades ESI, RFI ou ESC

Remete-se ao ponto 1.2. deste relatório.

1.3.1.3. Pedidos de revogação do liquidatário do BPES

Os pedidos de revogação do liquidatário do BPES permanecem pendentes:

ESI:	CHF	224.532,42
	EUR	2.103.969.124,58
	USD	763.552.961,66

RFI:	CHF	13.591.000,00
	EUR	1.355.404.923,97
	GBP	3.000.000,00
	USD	457.410.022,12
ESC:	EUR	285.356,90

1.3.1.4. Reclamações de créditos das insolvências no Luxemburgo na liquidação do BPES

Recorde-se que o liquidatário do BPES publicou a sua graduação e que as reclamações de créditos das insolvências do Luxemburgo, estão mantidas em suspenso pelo liquidatário suíço.

1.3.1.5. Objetivos dos curadores

O objetivo dos curadores consiste em encontrar um acordo negociado com o liquidatário do BPES sobre o conjunto de diferendos que poderiam opor as entidades interessadas. As partes estão em discussão para atingir este objetivo. Essas discussões foram mais vagarosas devido aos debates sobre as contestações das duplas reclamações dos credores apresentadas pelo BPES e os clientes de BPES.

1.3.2. ES IRMÃOS SGPS SA (“ES IRMÃOS”)

O pedido judicial introduzido pelo liquidatário de ES IRMÃOS e a oposição dos curadores da ESI mantêm-se pendentes perante o tribunal de Lisboa.

Os curadores relembram que o pedido tem por objeto a anulação da venda de 81.231.725 ações da ESFG pela ESI à ES IRMÃOS e a restituição do preço de venda de € 1,7 bilião.

1.3.3. Espírito Santo Industrial S.A.

Recorde-se que a Espírito Santo Industrial S.A., uma sociedade do Luxemburgo (que é controlada pela ESI), foi declarada insolvente em 17 de março de 2017 e que o Sr. Laurent FISCH foi nomeado como curador. O Sr. FISCH prossegue o seu mandato de curador.

1.3.4. Espírito Santo Services S.A.

Recorda-se que Espírito Santo Services S.A., uma sociedade do Luxemburgo (que é controlada pela ESI) foi declarada em falência em 2 de dezembro de 2019 e que o Sr. Laurent FISCH foi nomeado Curador.

1.3.5 Euroamerican Finance S.A. (“EAF”)

Salienta-se que a falência da EAF foi declarada em 27 de julho de 2020 e que Me. Laurent Fisch atua como curador da Sociedade.

1.4. Relações com o Ministério Público e a Polícia Judiciária

Os pontos que se seguem constituem referências de relatórios anteriores:

1.4.1. Em Portugal

O Ministério Público Português decide caso a caso sobre o destino de certas alienações de ativos individuais pertencentes a filiais, ao reembolso de despesas incorridas por estas filiais e à transferência de fundos das filiais para as contas da ESI ou de RFI. Importa precisar que as contas destinatárias de tais transferências são penhoradas pelo procurador.

1.4.2. Na Suíça

Os arrestos de iniciativa das autoridades penais suíças continuam em vigor.

1.4.3. Queixa Criminal em Portugal e na Suíça

Os curadores constituíram-se partes dos processos penais em Portugal em nome da massa da ESI e da RFI. Relativamente a este processo, uma das pessoas visadas nos processos penais apresentou queixa contra os curadores.

Uma ação cível foi igualmente apresentada na Suíça em nome da massa da ESI.

2. Espírito Santo International S.A.

2.1. Realização de Ativos

2.1.1 Depósitos Bancários

Em 31 de dezembro de 2021, os depósitos bancários totalizavam € 29.624.709,55 e USD 145.253.428,43, os quais detinham como fundo de garantia € 31.319.474,35 e USD 135.670.000.

Um montante de € 2.782.457,73 é objeto de arresto em Portugal.

Devido à política do BCE, os bancos luxemburgueses levam em conta os juros negativos nos depósitos em euros.

2.1.2. Participações

Como referido anteriormente, os numerosos ativos detidos, direta ou indiretamente, pela ESI estão sujeitos a um arresto judicial. Além disso terceiros invocam direitos sobre estes ativos.

Os curadores tentam realizar esses ativos sob as melhores condições possíveis, levando em conta as restrições acima descritas. Muitos ativos foram, e continuarão a ser realizados nas sociedades filiais e sub filiais da ESI, sem que os produtos dessas realizações possam ser transferidos imediatamente para a ESI, sobretudo por causa dos arrestos judiciais.

2.1.3. Sociedades off-shore

A constituição de parte nos processos penais portugueses tem por objetivo recuperar eventuais ativos.

2.1.4. Vendas Futuras

Certas vendas futuras terão que ser efetuadas de acordo com os arrestos judiciais, em particular com um acordo, a negociar com as autoridades criminais, visando uma venda dos ativos apreendidos, venda que seria então seguida por uma apreensão das receitas líquidas da venda.

2.1.5. Citações

As ações em curso dos curadores são as seguintes:

- Ação para preenchimento de responsabilidade dos antigos administradores (de facto e de direito) e do auditor perante os tribunais no Luxemburgo.
- Intimação de responsabilidade civil perante os tribunais portugueses.
- Constituição de parte nos processos criminais em Portugal e na Suíça.

Por outro lado, o Sr. Moritz GSPANN, curador *ad hoc* da ESI nomeado judicialmente em 6 de novembro de 2017, continua a missão que lhe foi confiada pelo tribunal.

2.1.6. Recuperações previsíveis

As informações atualmente disponíveis aos curadores, não permitem fazer uma estimativa sobre as recuperações a favor da massa credora.

Não se pode excluir que os bens apreendidos judicialmente, e os eventuais direitos de terceiros, impeçam definitivamente que a insolvência possa recuperar e distribuir certos ativos como não está excluído que as autoridades penais tenham como objetivo final confiscar definitivamente os bens atualmente arrestados.

As liquidações a elaborar com os beneficiários dos fundos detidos sob custódia terão um impacto nestes fundos. Uma parte - possivelmente significativa - dos fundos assim detidos é suscetível de ser desembolsada enquanto outros fundos detidos como medida de precaução são suscetíveis de serem reclassificados como ativos próprios da insolvência.

2.2. O Passivo da Insolvência

Em 30 de novembro de 2021, 1.648 reclamações de crédito foram apresentadas. O montante total das reclamações apresentadas sem garantia é de aproximadamente € 8,3 bilhões. Este total não tem em conta as 1.099 retiradas registadas no valor de € 1.039,7 milhões. 549 reclamações para um total de cerca de € 7,26 bilhões,

montante acrescido de juros no valor de 104,8 milhões de euros, permanecem atualmente apresentadas.

As 97 reclamações individuais duplicadas com aquelas que foram introduzidas pelo BPES foram contestadas em 29 de abril de 2021. A fim de organizar com utilidade os debates sobre as contestações perante o Tribunal de Insolvência, as partes foram chamadas a apresentar os seus fundamentos, em conjunto com os documentos comprovativos.

Os créditos reclamados pelo BPES na insolvência acessória suíça (CHF 196.086.163,59), não estão incluídos neste total.

Os pedidos de revogação dos liquidatários do BPES (CHF 224.531,42, € 2.103.969.124,58 e USD 763.552.961,66) já não estão mais consignados neste valor.

As verificações das reclamações de crédito prosseguirão.

2.3. Receitas e Despesas

Depois da decisão da insolvência e até 31 de dezembro de 2021, os curadores registaram os seguintes fluxos:

	31/12/2020	31/12/ 2021	variação
	€	€	€
Receitas	155.005.431,26	165.043.968,24	10.038.536,98
Despesas que se discriminam do seguinte modo:	6.198.841,89	7.169.872,84	971.030,95
• Honorários Curadores	2.249.111,02	2.484.228,41	235.117,39
• Honorários Advogados	802.787,41	913.119,07	110.331,66
• Honorários Prestadores	1.223.541,80	1.337.363,67	113.821,87
• Outros honorários	2.469,54	2 469,54	0.00
• Custo externo (revisão	140.628,06	140.628,06	0.00

reclamação de créditos)

• Seguros	567.840,00	738.192,00	170.352,00
• Custos administrativos e diversos	76.030,74	80.802,79	4.772,05
• Custos com pessoal	107.919,21	139.790,72	31.871,51
• Custos bancários	3.983,72	6.617,96	2.634,24
• Juros negativos	1.629,94	1.629,94	0,00
• Impostos	8.025,00	8.025,00	0,00
• Despesas imputáveis	1.014.875,45	1.317.005,68	302.130,23

As diferenças com os números de 31 de dezembro de 2020, explicam-se por uma evolução da posição, pelas diferenças de valor da moeda, reclassificações e / ou re-faturação de taxas e honorários.

A lista acima representa os fluxos reais, sem corte e sem provisionamento.

3. Rio Forte Investments SA

3.1. Realização de Ativos

3.1.1 Ativos Bancários

Em 31 de dezembro de 2021, os ativos no banco totalizavam € 174.337.798,68 (do qual um montante de € 28.600.000 acrescido de juros no valor de € 5.688,09 é objeto de um arresto judicial no Luxemburgo.

Um montante de € 40.228.291,76 que é objeto de um arresto judicial em Portugal.

Devido à política do BCE, os bancos luxemburgueses cobram juros negativos sobre depósitos em euros.

3.1.2 Participações

Como já foi referido, muitos ativos detidos direta ou indiretamente pela RFI são atualmente objeto de um arresto judicial. Além disso, os credores reclamam os direitos sobre os seus ativos.

Os curadores tentam realizar os ativos nas melhores condições possíveis, levando em conta as restrições acima descritas. Muitos ativos foram e continuarão a ser realizados em sociedades filiais ou sub filiais da RFI, sem que o produto dessas realizações possa ser transferido imediatamente para a RFI.

Uma futura transferência desses rendimentos é suscetível de ser bloqueada pelas autoridades judiciais.

3.1.3. Vendas Futuras

Certas vendas futuras terão de ser ajustadas em função dos arrestos judiciais, nomeadamente por um acordo a ser negociado com as autoridades penais tendo em vista uma venda dos ativos apreendidos, venda que seria imediatamente seguida de uma apreensão subsequente das receitas líquidas da venda.

3.1.4. Citações

As ações em curso dos curadores são as seguintes:

- Citação para liquidação do passivo dos antigos administradores (de facto e de direito) perante o tribunal no Luxemburgo.
- Citação de responsabilidade do auditor perante o tribunal no Luxemburgo.
- Ação de responsabilidade civil contra os antigos administradores perante os tribunais portugueses.
- Constituição de parte nos processos penais em Portugal.

3.1.5. Recuperações Previsíveis

As informações atualmente disponíveis aos curadores, não permitem fazer uma estimativa sobre as recuperações a favor da massa credora.

Não se pode excluir que os bens apreendidos judicialmente, e os eventuais direitos de terceiros, impeçam definitivamente que a insolvência possa recuperar e distribuir certos ativos como não está excluído que as

autoridades penais tenham como objetivo final confiscar definitivamente os bens atualmente arrestados.

3.2. O Passivo da Insolvência

Em 30 de novembro de 2021, 1.773 reclamações de crédito no valor de mais de € 4,8 bilhões foram apresentadas. Este total não leva em consideração 1.415 retiradas, representando aproximadamente € 1,18 bilhões. 358 reclamações para um total de € 3,7 bilhões, acrescidas de 57 milhões, permanecem apresentadas.

As 153 reclamações individuais duplicadas com aquelas que foram introduzidas pelo BPES foram contestadas em 18 de março de 2021. A fim de organizar com utilidade os debates sobre as contestações perante o Tribunal de Insolvência, as partes foram chamadas a apresentar os seus fundamentos, em conjunto com os documentos comprovativos.

O crédito de CHF 30.237.378,50 reclamado pelo liquidador do BPES, na insolvência acessória suíça, não está incluída neste total.

Os pedidos de revogação dos liquidatários do BPES (CHF 13.591.000,00, EUR 1.355.404.923,97, GBP 3.000.000,00 e USD 457.410.022,12) não estão incluídos neste total.

As verificações das reclamações de crédito prosseguirão.

3.3. Receitas e Despesas

Após a data da decisão da insolvência e até 31 de dezembro de 2021, os curadores registaram os seguintes fluxos:

	31/12/2020	31/12/2021	variação
	€	€	€
Receitas	146.198.019,92	183.682.757,06	37.484.737,14
Despesas que se discriminam do	8.005.081,77	9.311.773,32	1.306.691,55

seguinte modo:

• Honorários Curadores	2.525.780,76	2.851.268,36	325.487,60
• Honorários Advogados	1.417.620,62	1.553.762,83	136.142,21
• Honorários Prestadores	1.399.767,60	1.890.042,73	490.275,13
• Outros honorários	2.469,54	2.469,54	0,00
• Custo externo (revisão reclamação de créditos)	165.184,46	165.184,46	0,00
• Seguros	567.840,00	738.192,00	170.352,00
• Custos administrativos e diversos	48.563,65	58.444,54	9.880,89
• Custos informáticos	23.810,88	25.514,51	1.703,63
• Despesas com viagens	28.673,91	29.416,19	742,28
• Custos com pessoal	110.166,61	133.522,41	23.355,80
• Custos bancários	4.637,82	5.755,90	1.118,08
• Juros negativos	22.709,92	65.232,88	42.522,96
• Impostos	7.803,00	23.451,75	15.648,75
• Custos de Faturação de gestão	157.070,83	157.070,83	0,00
• Despesas imputáveis	1.522.982,17	1.612.444,39	89.462,22

As diferenças com os números de 31 de dezembro de 2020 podem ser explicadas por uma evolução da posição, pelas diferenças de valor da moeda, reclassificações e / ou re faturação de taxas e honorários.

As receitas e despesas recuperam os fluxos efetivos, sem lugar a especializações e sem lugar a provisões

4. Espírito Santo Control SA

Nesta insolvência, não houve evolução substancial após o Relatório 19.

A sociedade não dispõe de fundos líquidos.

Em 31 de dezembro de 2021, 12 reclamações de créditos foram apresentadas, das quais uma foi retirada. O montante total das restantes reclamações apresentadas a título de graduação é de € 267,4 milhões.

Os pedidos de revogação pelos liquidatários do BPES no valor de € 285.356,90 não estão incluídos neste total.

Um crédito privilegiado no valor de € 1.543 foi aceite em 20 de outubro de 2016, mas não foi pago, enquanto a insolvência não possuir ativos bancários.

Os Curadores